



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
ENSINO SUPERIOR DO  
AMAZONAS**

# **REGIMENTO GERAL**

**Resolução CONSUN- Ciesa  
nº 003/2017 de 21/12/2017**

**Manaus- Amazonas**



## SUMÁRIO

<b>TÍTULO I – DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS..</b>	<b>4</b>
CAPÍTULO I- DA IDENTIFICAÇÃO .....	4
CAPÍTULO II- DA MISSÃO E DOS OBJETIVOS .....	4
<b>TÍTULO II- DO REGIMENTO GERAL .....</b>	<b>5</b>
<b>TÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO GERAL .....</b>	<b>6</b>
<b>TÍTULO IV- DO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃO DO CIESA .....</b>	<b>6</b>
CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR .....	6
CAPÍTULO II- ÓRGÃOS EXECUTIVOS .....	9
CAPÍTULO III- DAS COORDENAÇÕES DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ACADÊMICAS .....	14
CAPÍTULO IV-ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO .....	18
CAPÍTULO V DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO- ISE .....	20
<b>TÍTULO V- DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS .....</b>	<b>20</b>
CAPÍTULO I - DO ENSINO .....	20
CAPÍTULO II -DA PESQUISA .....	23
CAPÍTULO III- DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO .....	23
CAPÍTULO IV- DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE .....	24
CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) .....	25
<b>TÍTULO VI- DO REGIME ESCOLAR .....</b>	<b>26</b>
CAPÍTULO I -DO ANO LETIVO .....	27
CAPÍTULO II-DO PROCESSO SELETIVO .....	28
CAPÍTULO III - DAS MATRÍCULAS .....	29
CAPÍTULO IV-DAS TRANSFERÊNCIAS E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS .....	31
CAPÍTULO V-DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR .....	34
CAPÍTULO VI -DOS ESTÁGIOS .....	39
<b>TÍTULO VII- DA COMUNIDADE ACADÊMICA .....</b>	<b>41</b>
CAPÍTULO I-DO CORPO DOCENTE .....	41
CAPÍTULO II-DO CORPO DISCENTE .....	43
CAPÍTULO III-DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	45
<b>TÍTULO VIII- DO REGIME DISCIPLINAR .....</b>	<b>46</b>
CAPÍTULO I-DO REGIME DISCIPLINAR EM GERAL .....	46
CAPÍTULO II-DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE .....	46
CAPÍTULO III-DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE .....	49
CAPÍTULO IV-DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	51
<b>TÍTULO IX- DO SISTEMA DE AUTO-AVALIAÇÃO .....</b>	<b>51</b>



<b>TÍTULO X- DOS TÍTULOS E DIGNIDADE ACADÊMICAS DA COLAÇÃO DE GRAU E DA EMISSÃO DOS DIPLOMAS .....</b>	<b>52</b>
<b>TÍTULO XI- DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES .....</b>	<b>53</b>
CAPÍTULO I -DA BIBLIOTECA .....	53
CAPÍTULO II-DA SECRETARIA DE REGISTROS E CONTROLES ACADÊMICOS .....	54
<b>TÍTULO XII- DAS RELAÇÕES COM A ENTIDADE MANTENEDORA .....</b>	<b>55</b>
<b>TÍTULO XIII-DOS TÍTULOS HONORÍFICOS .....</b>	<b>56</b>
<b>TÍTULO XIV-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS .....</b>	<b>57</b>

## Título I

### DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS

#### CAPÍTULO I

##### DA IDENTIFICAÇÃO

**Art. 1º** - O Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA) é mantido pela Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda (SAMEC). A SAMEC, Pessoa Jurídica de Direito Privado, possui fins lucrativos, como sociedade civil, sob CNPJ: 04.278.057/0001-08, e está situada no endereço: Rua Pedro Dias Lemes, 203, Bairro Flores, CEP: 60.058-030, com sede e foro na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.

Registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Manaus, em 15/12/2010, da averbação da alteração com consolidação contratual, ocorrida no Contrato Social, sob o número de ordem 27.752, apontado pelo número 27.779, Livro "A" número 493, da sociedade simples, cuja personalidade jurídica foi adquirida desde 27/08/1974, com Registro primitivo sob número de ordem 1.567, do Livro "A" número 15, das Pessoas Jurídicas.

#### CAPÍTULO II

##### DA MISSÃO E DOS OBJETIVOS

**Art. 2º** – A missão do CIESA é “Educar com qualidade, visando ao desenvolvimento sustentável da Amazônia ocidental e ao bem-estar social”, no sentido de oferecer uma educação com qualidade visando ao desenvolvimento sustentável da Amazônia e ao bem-estar social das populações locais, sem descuidar que o seu egresso está inserido no contexto de uma sociedade global, o que pressupõe, ainda, o fornecimento de aptidões que lhe permitam inserir-se competitiva e criticamente no mercado de trabalho, assim como tenha presentes as repercussões peculiares às práticas que desenvolve em suas atividades profissionais, voltadas à formação de profissionais capacitados tecnologicamente, bem como conscientes de seu papel social, ao participar da promoção de um projeto de desenvolvimento social sustentável para a região norte do País.

**Art. 3º** – O CIESA tem por objetivos:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

## **Título II**

### **DO REGIMENTO GERAL**

**Art. 4º** O presente Regimento Geral tem a finalidade de normatizar o Estatuto do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, nos planos didático, pedagógico, administrativo e disciplinar.

**Art. 5º** A estrutura do Centro e a composição dos órgãos da Administração Superior e Básica constam do Estatuto, nos artigos 4º, 5º e 6º, e compete:

I- O Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA, estrutura-se em Coordenações, denominação privativa dos órgãos de acompanhamento das funções acadêmicas, de acordo com as competências estabelecidas no Regimento Geral.

II- As coordenações reúnem atividades de ensino, pesquisa e extensão, vinculadas às áreas fundamentais do conhecimento humano.

III- Além das Coordenações, o Centro Universitário pode manter órgãos suplementares vinculados à Reitoria ou às Pró-Reitorias.

IV- O CIESA, pelos seus órgãos próprios e mediante aprovação do Conselho Universitário, poderá criar, alterar, estruturar, modificar ou extinguir quaisquer órgãos, para atender as necessidades institucionais.

V- Os órgãos constantes do Regimento Geral terão seu funcionamento disciplinado em regulamento a ser aprovado pelo Conselho Universitário.

### **Título III**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Art. 6º** A administração do CIESA é exercida pelos seguintes órgãos:

**I- Administração Superior**

- a) Conselho Universitário- CONSUN
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE;
- c) Reitoria;
- d) Vice-Reitoria;
- e) Pró-reitorias;
- f) Coordenação de Tecnologia da Informação;
- g) Editora Universitária do Ciesa;
- h) Assessorias.

**II- Administração Básica**

- a) Comissões de Cursos;
- b) Coordenações de Curso;
- c) Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;
- d) Coordenação de Recursos Humanos;
- e) Coordenação Financeira;
- f) Secretaria de Registro e Controles Acadêmicos;
- g) Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Ouvidoria- NAPPO;
- h) Assessoria Pedagógica;
- i) Núcleo Docente Estruturante;
- j) Comissão Própria de Avaliação;
- k) Biblioteca.

### **Título IV**

#### **DO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DO CIESA**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

## Seção I

### DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

**Art. 7.º** O Conselho Universitário – CONSUN é o órgão máximo do Centro Universitário, de natureza normativa, deliberativa e consultiva.

**§ 1.º** O CONSUN é constituído pelos seguintes membros e seus respectivos mandatos:

I- Reitor (Presidente) e Vice-Reitor, nomeados pela Mantenedora, sem mandatos definidos.

II- Pró-Reitores, nomeados pela Mantenedora, sem mandatos definidos.

III- Dois Coordenadores de Curso, eleito pelos seus pares, para mandato de dois anos.

IV- Um representante do corpo docente, com mais de três anos na Instituição, indicado pelos seus pares, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

V- Um representante do corpo discente, indicado pelo órgão máximo de representação, para um mandato de um ano, vedada a recondução para o mandato imediatamente subsequente.

VI- Um representante do corpo técnico-administrativo, com curso superior completo, eleito pelos seus pares, para o mandato de dois anos, vedada a recondução para o mandato imediatamente subsequente.

VII- Dois representantes da comunidade externa, indicado pela Mantenedora, sem mandato definido.

## Seção II

### DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**Art. 8º** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, órgão de natureza normativa, consultiva e deliberativa, destina-se a orientar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino, pesquisa e extensão no Centro Universitário.

**§ 1.º** O CEPE é constituído pelos seguintes membros e seus respectivos mandatos:

I- Reitor (Presidente) – nomeado pela Mantenedora, sem mandato definido.

II- Pró-Reitores, nomeados pela Mantenedora, sem mandatos definidos.

III- Três Coordenadores de Curso, eleitos pelos seus pares, para mandato de dois anos.

IV- Dois representantes do corpo docente, com mais de três anos na Instituição, e com titulação mínima de Mestre, em regime integral ou parcial, eleito pelos seus pares, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

V- Um representante do corpo discente, indicado pelo órgão máximo de representação, matriculado há mais de um ano na Instituição, para um mandato de um ano, não podendo ser reconduzido.

**§ 2.º** A constituição e competências do CEPE encontram-se no artigo 12 do Estatuto do Ciesa, e compete:

I- Superintender e coordenar, em nível superior, as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II- Aprovar os currículos plenos dos cursos, alterá-los e decidir sobre questões relativas a sua implantação e aplicabilidade;

III- Aprovar a criação, ampliação e extinção de cursos;

IV- Aprovar o número de vagas iniciais de novos cursos e a alteração do número de vagas dos cursos existentes;

V- Aprovar normas sobre o Plano de Carreira do Magistério Superior do CIESA, bem como os aspectos referentes à contratação e dispensa de professores;

VI- Aprovar a proposta de criação, organização e extinção de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;

VII- Aprovar projetos de pesquisa, bem como planos de serviços e de extensão;

VIII- Aprovar o Calendário Escolar Geral, assim como o horário de funcionamento de cursos e demais atividades acadêmicas;

IX- Aprovar cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, propostos pelo Conselho de Centros;

X- Constituir comissões especiais para assessorar ou preparar estudos que devam ser apreciados pelo Colegiado;

XI- Aprovar o edital das formas de ingresso nos cursos, com a programação de atividades, normas e critérios de classificação, bem como planejar a sua execução, de acordo com a legislação;

XII- Fixar normas complementares sobre o sistema de ingresso, currículos, programas, matrículas, transferências, verificações de rendimento escolar, aproveitamento de estudos dentre outras que se incluam no âmbito de sua competência.

**§ 2.º** O CEPE contará com Regulamento do seu funcionamento.



## CAPÍTULO II

### ÓRGÃOS EXECUTIVOS

#### Seção I

#### DA REITORIA

**Art. 9º** A Reitoria, exercida por Reitor indicado pela Entidade Mantenedora, é órgão executivo da Administração Superior que superintende, coordena e supervisiona todas as atividades do Centro Universitário.

**§ 1.** A Reitoria, exercida por Reitor, coadjuvado pelo Vice-Reitor indicado pela Entidade Mantenedora para o mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido, é o órgão executivo da Administração Superior que superintende, coordena e supervisiona todas as atividades do Centro Universitário.

**§ 2.º** Em sua falta ou impedimento, o Reitor será substituído pelo Vice-Reitor e, na falta ou impedimento deste, por um dos Pró-Reitores, segundo designação.

**§ 3º** No desempenho de sua função, o Reitor é auxiliado pelo:

- I- Pró-Reitor de Graduação;
- II- Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;
- III- Pró-Reitor Administrativo.
- IV- Pró- Reitoria para Assuntos Institucionais.

**§ 4º** Em sua falta ou impedimento, o Reitor será substituído pelo Vice-Reitor e, na falta ou impedimento deste, por um dos Pró-Reitores, segundo designação.

**§ 5º** A organização e o funcionamento da Reitoria serão definidos em Regulamento próprio, aprovado pelo CONSUN.

**§ 6º** São atribuições do Reitor:

- I- Administrar o Centro Universitário;
- II- Dar cumprimento a todos os atos legais que lhe forem atribuídos pelo Regimento Geral e àqueles definidos pelo Conselho Universitário;
- III- Representar o Centro Universitário interna e externamente;
- IV- Promover, em conjunto com os Pró-Reitores, a integração, o planejamento e a harmonização de todas as atividades do Centro Universitário;
- V- Resolver quaisquer assuntos acadêmicos em regime de urgência, inclusive os casos omissos neste Regimento, “ad referendum” do Órgão Colegiado competente;
- VI- Desempenhar funções ou praticar atos que, embora não explícitos neste Regimento Geral, sejam de sua alçada.
- VII- Assinar diplomas de graduação juntamente com o Secretário de Registros e Controles acadêmicos.

## Seção II

### DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**Art. 10** A Pró-Reitoria de Graduação, exercida por Pró-Reitor indicado pela Entidade Mantenedora, é o órgão executivo que superintende, coordena e supervisiona as atividades de Graduação.

§ 1.º As Pró-Reitorias são exercidas por Pró-Reitores, indicados pela Mantenedora, para o mandato de 4 anos permitida a recondução.

§ 2.º No caso de ausência ou impedimentos eventuais, as funções do Pró-Reitor de Graduação são exercidas por Pró-Reitor, indicado pela Reitoria.

§ 3.º Cada Pró-Reitor executa suas atribuições em interação com os demais, procurando manter o Reitor sempre informado sobre as atividades desenvolvidas;

**Art. 11** A Pró-Reitoria de Graduação, é auxiliada por:

- I- Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos;
- II- Assessoria Pedagógica;
- III- Comissão de Curso;
- IV- Coordenações de Cursos;
- V- NAPPO;
- VI- Biblioteca;
- VII- Coordenação de Extensão;
- VIII- Núcleo Docente Estruturante.

**Parágrafo único.** As atribuições da Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos e Assessoria Pedagógica serão definidas em Regulamento Interno, aprovado pelo CONSUN.

**Art. 12** São atribuições do Pró-Reitor de Graduação:

- I- Elaborar, anualmente, o plano geral de atividades da área de graduação;
- II- Encaminhar, para homologação pelo CEPE, os planos de trabalhos anuais do ensino de Graduação, aprovados pelas Comissões de Curso;
- III- Assessorar o Reitor em assuntos de Graduação;
- IV- Elaborar, anualmente, proposta orçamentária relativa às diversas ações de sua competência, submetendo-se à aprovação do CONSUN;
- V- Coordenar o Programa de Capacitação Docente e Desenvolvimento Docente, aprovado pelo CEPE e CONSUN;
- VI- Aprovar a indicação para contratação de professores selecionados pelos Coordenadores;

VII- Dar parecer, para posterior aprovação pelo CEPE, sobre o calendário escolar e o horário de funcionamento dos diversos cursos;

VIII- Designar comissões especiais para estudos acadêmicos e discussão de questões administrativo-acadêmicas;

IX- Emitir parecer sobre currículos plenos ou suas alterações, encaminhando-os à apreciação do CEPE, para posterior aprovação pelo CONSUN;

X- Superintender as atividades do processo seletivo de ingresso dos alunos no Centro Universitário;

XI- Assinar, juntamente com o Secretário de registro e Controles Acadêmico, certificados de conclusão de Cursos;

XII- Presidir o Conselho de Cursos;

XIII- Desempenhar funções ou praticar atos que, embora não explícitos no Regimento, sejam de sua competência.

### Seção III

#### DA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

**Art. 13** A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, exercida por Pró-Reitor indicado pela Entidade Mantenedora, é o órgão executivo que superintende, coordena e supervisiona as atividades de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

**Parágrafo único.** No caso de ausência ou impedimentos eventuais, as funções do Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão são exercidas por Pró-Reitor, indicado pela Reitoria.

**Art. 14** A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, é auxiliada por:

- I- Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa;
- II- Coordenação de Extensão.

**Art. 15** São atribuições do Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão:

- I- Elaborar, anualmente, o plano geral de atividades da área de pós-graduação, pesquisa e extensão;
- II- Encaminhar, para homologação pelo CEPE, os planos de trabalho anuais do ensino de pós-graduação, pesquisa e extensão;
- III- Assessorar o Reitor em assuntos de pós-graduação, pesquisa e extensão;

- IV- Promover, fomentar e prestar consultoria a entidades públicas e privadas, mediante convênios e contratos que o CIESA venha a celebrar;
- V- Elaborar, anualmente, proposta orçamentária relativa às diversas ações de sua competência, submetendo-se à aprovação do CONSUN;
- VI- Aprovar a indicação para a contratação de professores selecionados pelos Coordenadores da Pós-Graduação;
- VII- Encaminhar, para homologação pelo CEPE, os projetos de iniciação científica, pesquisa e extensão encaminhada pela coordenação da pós-graduação, pesquisa e extensão;
- VIII- Propor política de desenvolvimento da pós-graduação, para ser apresentada e aprovada pelo CEPE e homologada pelo CONSUN;
- IX- Incentivar a produção de projetos para serem submetidos às agências de fomento;
- X- Dar parecer sobre cursos da pós-graduação e extensão;
- XI- Desempenhar funções ou praticar atos que, embora não explícitos no Regimento, sejam de sua competência.
- XIII- Elaborar e promover as políticas e as diretrizes para o desenvolvimento da pós-graduação no CONSUN;
- XIV- Promover meios que possibilitem a execução de projetos e programa de pesquisa por parte da comunidade acadêmica;
- XV- Estabelecer relações interinstitucionais, convênios, cooperações e intercâmbios nacionais e internacionais e/ou parcerias com movimentos sociais, setores produtivos, agências governamentais e não governamentais, bem como com sistemas de ensino, como forma de articular e fomentar as políticas institucionais de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico;
- XVI- Articular-se com o Reitor e os demais Pró-Reitores para as decisões de assuntos de caráter administrativo, financeiro e acadêmico;
- XVII- Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CONSUN no âmbito da pós-graduação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

## Seção IV

### DA PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA

**Art. 16** A Pró-Reitoria Administrativa, exercida por Pró-Reitor indicado pela Entidade Mantenedora, é o órgão executivo que superintende, e supervisiona as atividades-meio.

**Parágrafo único.** No caso de ausência ou impedimentos eventuais, as funções do Pró-Reitor Administrativo são exercidas por Pró-Reitor indicado pelo Reitor.

**Art. 17.** São atribuições do Pró-Reitor Administrativo:

- I- Assessorar o Reitor em assuntos de planejamento econômico-financeiro, planejamento de recursos humanos, materiais e infra-estrutura em geral;
- II- Organizar o plano geral de sua Pró-Reitoria de modo a atender, com presteza, as necessidades da atividade-fim, de acordo com as diretrizes do planejamento institucional;
- III- Manter escriturados todos os livros de registros administrativos e contábeis exigidos por Lei;
- IV- Desenvolver estudos que garantam o equilíbrio financeiro indispensável ao funcionamento do Centro Universitário;
- V- Manter plena interação com todos os órgãos do Centro Universitário de modo a garantir eficiência e eficácia nas medidas administrativas que conduzam o êxito das diversas atividades institucionais;
- VI- Desempenhar funções ou praticar atos que, embora não explícitos neste Regimento, sejam de sua competência;
- VII- Gerir os setores da IES efetuando o planejamento estratégico, administrativo e financeiro;
- VIII- Propor políticas e diretrizes para os recursos humanos do CONSUN;
- IX- Supervisionar a execução dos planos de carreira, de cargos e salários, de capacitação e aperfeiçoamento docente e do pessoal técnico-administrativo, submetendo-os à apreciação do Reitor e à aprovação dos colegiados e órgãos competentes;
- X- Participar da elaboração da proposta orçamentária anual e do relatório da gestão financeira do exercício findo;
- XI- Assessorar o Reitor na assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos, estudando a compatibilização destes com o plano de ação da IES;
- XII- Articular-se com o Reitor e os demais Pró-Reitores para as decisões de assuntos de caráter administrativo, financeiro e acadêmico;
- XIII- Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo CONSUN ou decorrentes de atos normativos

**Seção V**

**DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS  
INSTITUCIONAIS**

**Art. 18** A Pró-Reitoria para Assuntos Institucionais articula, acompanha junto às ações do MEC, INEP, CNE e outros órgãos vinculados a educação.

**Parágrafo único.** No caso de ausência ou impedimentos eventuais, as funções do Pró-Reitor de Assuntos Institucionais são exercidas por Pró-Reitor indicado pelo Reitor.

**Art. 19** São atribuições do Pró- Reitor para Assuntos Institucionais:

- I- Realizar ações necessárias para as Avaliações Internas e Externas;
- II- Articular, junto aos Setores e coordenações da Instituição, para que todas as providências sejam tomadas com vistas as Avaliações;
- III- Acompanhar os processos junto ao MEC, INEP, CNE e outros órgãos vinculados à educação;
- IV- Manter informado o Presidente da Mantenedora e Reitor sobre as ações junto ao MEC.
- V- Coordenar o preenchimento do CENSO da Educação Superior;
- VI- Elaborar atos regulamentares e dispositivos que lhe forem solicitados pela administração Superior e Mantenedora do CIESA para posterior aprovação pelos órgãos competentes.
- VII- Desempenhar funções ou praticar atos que, embora não explícitos, sejam atribuídas pela Mantenedora e Reitoria.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS COORDENAÇÕES DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ACADÊMICAS**

##### **Seção I**

#### **DAS COORDENAÇÕES DE CURSO DE GRADUAÇÃO**

**Art. 20** As coordenações fazem parte da estrutura administrativa e didático-pedagógica do Centro Universitário; a elas competem:

- I- Representar o Curso ou Cursos perante os órgãos da administração;
- II- Acompanhar e avaliar a execução dos currículos do curso ou cursos sob sua responsabilidade, propondo as medidas adequadas ao cumprimento dos conteúdos programáticos;
- III- Acompanhar a pontualidade, assiduidade e desempenho dos professores, emitindo relatórios mensais circunstanciados ao Pró-Reitor de Graduação, propondo medidas corretivas, quando for o caso, em articulação com a Assessoria Pedagógica;

- IV- Acompanhar, avaliar e propor alterações dos currículos dos cursos;
- V- Propor alterações nos programas das disciplinas objetivando compatibilizá-los e integralizá-los aos reais necessidades de formação qualificada dos profissionais do curso ou cursos que coordene;
- VI- Elaborar a oferta de disciplinas para cada ano letivo;
- VII- Exercer a coordenação da matrícula e da rematrícula, no âmbito do curso ou cursos sob sua responsabilidade, em articulação com a Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos;
- VIII- Propor programas de aperfeiçoamento, especialização, pós-graduação e de treinamento de professores, bem como de atividades de pesquisa e extensão que visem à indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- IX- Promover a integração entre as disciplinas dos currículos dos cursos sob a sua responsabilidade;
- X- Propor à Pró-Reitoria de Graduação, em articulação com a Assessoria Pedagógica, a realização de estudos curriculares e de metodologias ativas de ensino, objetivando a qualificação permanente do processo ensino-aprendizagem;
- XI- Indicar ao Pró-Reitor de Graduação a contratação e propor a substituição de professores do curso ou cursos sob sua responsabilidade;
- XII- Elaborar o relatório anual de suas atividades nos prazos fixados e encaminhá-lo ao Pró-Reitor de Graduação;
- XIII- Prestar informações, esclarecimentos e orientações aos professores e alunos, com relação às atividades de administração acadêmica e pedagógicas da Instituição e dos cursos sob sua responsabilidade;
- XIV- Promover medidas inerentes ao fiel cumprimento dos encargos financeiros dos alunos par com a instituição;
- XV- Elaborar o plano anual de trabalho do curso ou cursos sob sua coordenação, submetendo-o ao Pró-Reitor de Graduação;
- XVI- Zelar pela ordem e disciplina no âmbito do curso ou cursos sob a sua responsabilidade, devendo representar, por escrito, ao Pró-Reitor de Graduação, sempre que as normas disciplinares previstas neste Regimento ou os atos dos órgãos superiores do CIESA forem descumpridos;
- XVII- Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento, bem como as normas emanadas dos órgãos normativos, deliberativos e executivos do CIESA;
- XVIII- Exercer as demais atribuições deste Regimento e aquelas que lhe foram atribuídas pelo Pró-Reitor de Graduação e pelo Reitor.

## **Seção II**

### **DA COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO**

**Art. 21** A Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa, subordinada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, designada pela mantenedora, é responsável pela supervisão das ações de pós-graduação e pesquisa.

**Art. 22** Compete à essa Coordenação:

I- Promover e supervisionar os programas de pós-graduação e pesquisa, em integração com as Coordenações de Cursos;

II- Promover e supervisionar os programas de extensão, de complementação curricular, de treinamento profissional, bem como os eventos educacionais e para-educacionais e o ensino à distância, em íntima articulação com as Coordenações de Cursos;

III- Buscar, nas instituições públicas e privadas, financiamento para programas de pesquisa, pós-graduação;

IV- Articular-se com a Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos para a realização de matrícula, rematrícula e demais atos acadêmicos inerentes aos cursos promovidos, de maneira que lhes seja processado o registro e o controle acadêmico, bem como a expedição dos certificados respectivos;

V- Elaborar o plano e o relatório anual de sua Coordenação;

VI- Exercer as demais atividades que lhe forem atribuídas por este Regimento e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Extensão, bem como pelos órgãos deliberativos superiores do CIESA.

VII- Promover e supervisionar os programas de extensão, em integração com as Coordenações de Cursos;

VIII- Promover e supervisionar os programas de extensão, de complementação curricular, de treinamento profissional, bem como os eventos educacionais e para-educacionais e o ensino à distância, em íntima articulação com as Coordenações de Cursos;

IX- Buscar, nas instituições públicas e privadas, financiamento para programas de extensão;

X- Elaborar o plano e o relatório anual de sua Coordenação;

XI- Articular-se com a Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos para a realização de matrícula, rematrícula e demais atos acadêmicos inerentes aos cursos promovidos, de maneira que lhes seja processado o registro e o controle acadêmico, bem como a expedição dos certificados respectivos;

XII- Elaborar o plano e o relatório anual de sua Coordenação;

#### **Seção IV**

### **COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA**



**Art. 23** São atribuições da Coordenação Administrativa:

- I- Elaborar as diretrizes administrativas;
- II- Orientar tecnicamente os serviços da área administrativa;
- III- Gerir o setor de recursos humanos e de pessoal da IES, estabelecendo políticas de gestão;
- IV- Controlar e orientar as atividades dos supervisores administrativos das Unidades;
- V- Supervisionar os setores de manutenção, limpeza, informações, apoio, reprografia, etc.
- VI- Elaborar normas internas administrativas para os setores da IES;
- VII- Elaborar estudos de racionalização e controle do desempenho organizacional da IES;
- VIII- Prestar consultoria e assessoria administrativa a todos os setores da IES.

## **Seção V**

### **COORDENAÇÃO FINANCEIRA**

**Art. 24** São atribuições da Coordenação Financeira:

- I- Dirigir, orientar, coordenar e controlar a gestão financeira da Instituição, nos termos da legislação específica em vigor;
- II- Controlar e supervisionar as atividades de contas a pagar e a receber, financeiras, contabilidade e de compras da IES;
- III- Orientar tecnicamente os serviços das áreas financeira e contábil;
- IV- Realizar a programação orçamentária e financeira, e acompanhar a execução orçamentária;
- V- Elaborar, com apoio da Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento, a proposta orçamentária da IES.

## **Seção VII**

### **COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**Art. 25** A Coordenação de Recursos Humanos, subordinada à Pró-Reitoria Administrativa, designada pela Mantenedora, é responsável pela ciência dos Recursos Humanos, e tem como funções:

- I- realizar procedimentos administrativos inerentes ao desenvolvimento dos recursos humanos nas atividades relativas ao setor;

- II- coordenar a formulação de políticas, diretrizes, normas e procedimentos que orientem e disciplinem a gestão de recursos humanos;
- III- elaborar a proposta de política salarial da Instituição, juntamente com as áreas envolvidas e sob a supervisão da Diretoria;
- IV- promover a integração entre os profissionais da Instituição;
- V- controlar ponto de funcionários;
- VI- garantir a eficácia da manutenção do pacto laboral, gerenciando férias e cumprimento das obrigações acessórias;
- VII- garantir o cumprimento dos direitos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, legais e encargos sociais;
- VIII- administrar a remuneração, assiduidade e controle de benefícios dos colaboradores da Instituição, conforme a legislação e os acordos vigentes;

## **CAPÍTULO IV**

### **ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO**

#### **Seção I**

#### **DAS COMISSÕES DE CURSO**

**Art. 26** As Comissões de Curso são responsáveis pela formulação do Projeto Pedagógico, supervisão do Currículo de cada Curso e acompanhamento do plano de trabalho anual de cada disciplina; é integrada por:

- I- Pelo coordenador do Curso, seu Presidente;
- II- Pelos professores que ministram disciplinas no Curso;
- III- Por um representante discente, indicado pelo órgão máximo de representação discente do CIESA, dentre os alunos regularmente matriculados no Curso.

**Art. 27** Compete às Comissões de Curso:

- I- Coordenar e supervisionar a elaboração dos Projetos Pedagógicos e os planos de trabalho anuais das disciplinas dos Cursos oferecidos;
- II- Acompanhar os programas e planos de trabalhos anuais;
- III- Acompanhar a avaliação do desempenho docente e propor medidas que visem à melhoria do processo de aprendizagem;
- IV- Propor normas de estágios curriculares para homologação posterior do CEPE;
- V- Propor medidas que visem ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento das atividades do Curso, bem como opinar sobre assuntos pertinentes, que lhe sejam submetidos pelo Pró-Reitor de Graduação;

VI- Sugerir, para posterior encaminhamento ao CEPE alterações dos currículos plenos dos cursos, com inclusão, desdobramentos, fusão ou exclusão de disciplinas;

VII- Apreciar o plano anual de trabalho e o relatório anual da Coordenação do Curso;

VIII- Exercer as demais atividades na esfera de suas competências e as que estejam previstas em lei e neste Regimento.

## Seção II

### DISPOSIÇÕES COMUNS AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

**Art. 28** A convocação para as reuniões dos Órgãos Colegiados será feita por seu Presidente, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, dando-se sempre conhecimento de pauta.

**Parágrafo único.** Quando houver urgência, a convocação poderá ser feita sem a antecedência estabelecida no caput, mas com divulgação da pauta.

**Art. 29** Ressalvadas as exceções previstas neste Regimento, os Órgãos Colegiados, deliberarão com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de voto.

**Parágrafo único.** A ausência de determinada classe de representante não impedirá o funcionamento do Órgão Colegiado, nem invalidará suas decisões.

**Art. 30** - Será obrigatório, prevalecendo sobre qualquer outra atividade escolar, o comparecimento dos membros às reuniões dos Órgãos Colegiados.

§ 1.º Perderá o mandato o membro eleito que faltar a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas sem justificativa.

§ 2.º São inelegíveis, para quaisquer Órgãos Colegiados deliberativos, os docentes e discentes que não estejam no pleno exercício das atividades da classe que representam.

**Art. 31** Na falta ou impedimento do presidente do Órgão Colegiado, a Presidência será exercida por membro por ele indicado.

**Art. 32** As reuniões dos Órgãos Colegiados não serão públicas, salvo deliberação em contrário.

**Art. 33** Das decisões tomadas pelos Órgãos Colegiados poderão ser baixados Atos Normativos pela Presidência.

**Art. 34** A Secretária das reuniões de Colegiados será exercida por pessoa designada pelo Reitor.

**Art. 35** De ato ou deliberação de cada Órgão Colegiado caberá recurso ao Órgão hierarquicamente Superior.

**Parágrafo único.** Das deliberações dos Órgãos Colegiados caberá pedido de reexame pelo Reitor, até 10 (dez) dias da reunião em que houver sido tomada a decisão.

## **CAPÍTULO V**

### **DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

**Art. 36** O Instituto Superior de Educação-ISE é uma unidade acadêmica do CIESA, responsável, por articular a elaboração, execução e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos e programas de Formação de Professores.

**Parágrafo único.** A coordenação será exercida pela Pró-Reitoria de Graduação.

## **Título V**

### **DA ATIVIDADE ACADÊMICA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DO ENSINO**

#### **Seção I**

#### **DOS CURSOS**

**Art. 37** O CIESA reserva o direito e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente, ofertar cursos e programas na modalidade presencial e ensino à distância (EaD):

I- Cursos de Graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

II- Cursos de Pós-Graduação, compreendendo Programas de Mestrado ou Doutorado, Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências estabelecidas em regulamento aprovado pelo CEPE;

III- Cursos Tecnológicos, por campo do saber de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em regulamento do CEPE;

IV- Programas Especiais de Formação Pedagógica de docentes, para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio, para portadores de diploma de educação superior que atendam aos requisitos estabelecidos em regulamento aprovado pelo CEPE;

V- Cursos e Programas de Extensão, Atualização e assemelhados, na modalidade presencial e ensino à distância (EaD), abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em regulamento aprovado pelo CEPE.

§ 1.º Além dos cursos e programas correspondentes às profissões reguladas em lei, o CIESA, mediante autorização dos órgãos competentes, pode organizar outros para atender às exigências de sua atuação específica e às peculiaridades de determinados campos de trabalho.

§ 2.º O CIESA pode utilizar-se das vagas ocorridas em seus cursos, abrindo matrículas em suas disciplinas a alunos especiais que demonstrem capacidade para cursá-las com aproveitamento, mediante processo seletivo, na forma disciplinada pelo CEPE e homologadas pelo CONSUN.

§ 3.º Os cursos oferecidos pelo CIESA, dependendo de suas características e programação, podem ser presenciais ou à distância, adotando o regime seriado anual ou semestral, conforme regulamentação aprovada pelo CEPE e homologada pelo CONSUN.

## Seção II

### DA ESTRUTURA DOS CURSOS

**Art. 38** Os Currículos dos cursos de Graduação é constituído por disciplinas e atividades compreendidas em uma ou mais das seguintes áreas, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e homologadas pelo Conselho Universitário:

I- Disciplinas de formação fundamental e humanística;

II- Disciplinas relativas ao campo principal de estudo voltadas à obtenção pelo aluno da habilitação profissional ou titulação acadêmica;

III- Disciplinas de caráter complementar ao campo principal de estudos;  
IV- Disciplinas de especialização ou de aperfeiçoamento de estudos; e  
V- Atividades acadêmicas, tais como: estágios, seminários, participação em atividades de pesquisa ou extensão, trabalhos de campo, prática profissional e outras.

§ 1.º O currículo é elaborado com base nas diretrizes curriculares emanadas do Conselho Nacional de Educação.

§ 2.º O currículo pode incluir também disciplinas e atividades eletivas a serem escolhidas pelo aluno entre contemplando matrizes curriculares inovadoras.

§ 3.º Para cada curso de graduação é especificada a carga horária, distribuída pelas disciplinas e atividades do respectivo currículo.

**Art. 39** O programa de cada disciplina será elaborado pelo professor e/ou pelo núcleo docente estruturante de cada curso, e contempla os conteúdos programáticos com aplicabilidade prática, estimulando a autoaprendizagem, segundo diretrizes aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 1º Os programas, elaborados na forma prevista neste artigo, serão submetidos à aprovação da Comissão de Curso e, por fim, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que fará sua integração no programa do curso.

§ 2º Cada programa será encabeçado por uma súmula ou ementa dos temas nele desenvolvidos.

**Art. 40** É obrigatória a execução integral do programa de cada disciplina.

**Art. 41** As disciplinas e atividades, determinadas no currículo de cada curso, serão distribuídas em séries anuais ou semestrais, com as respectivas cargas horárias.

**Art. 42** Os currículos dos demais cursos, especialmente os de especialização e aperfeiçoamento, serão fixados em cada plano de curso.

**Art. 43** Os cursos de Pós-Graduação, estruturados em “*lato sensu*”, especialização ou aperfeiçoamento, e “*stricto sensu*”, mestrado ou doutorado, destinam-se a proporcionar a formação científica aprofundada, desenvolvendo no aluno a capacidade para o ensino, a pesquisa, a iniciação científica e ao exercício profissional.

**Art. 44** Os cursos de Extensão, Atualização e assemelhados complementam a função social do CIESA em relação a setores amplos da comunidade e a categorias sócio-profissionais definidas, visando a instrumentalizá-los em seus campos específicos de ação.

**Art. 45** Os programas especiais de formação pedagógica de docentes serão organizados em consonância com as normas do Conselho Nacional de Educação.

## **CAPÍTULO II**

### **DA PESQUISA**

**Art. 46** O CIESA incentiva a pesquisa mediante à concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, com oferecimento direto ou indireto de bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de congressos, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance.

§ 1º Os projetos de pesquisa são supervisionados pela Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa e, submetidos à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 2º A pesquisa no CIESA objetiva mobilizar os meios institucionais, materiais e humanos disponíveis, em favor de um maior conhecimento científico da realidade física e social da comunidade em que se insere, bem como da introdução de inovações tecnológicas que contribuam para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região e do país.

§ 3º A consecução desse objetivo leva em conta a necessidade de promover a integração com os programas de ensino e de extensão, de tal maneira que a pesquisa seja, também, um instrumento auxiliar de ambas atividades.

§ 4º Na realização das atividades de pesquisa o CIESA adotará as medidas pertinentes para avaliação das questões referentes à propriedade intelectual envolvidas direta ou indiretamente nos projetos, podendo recomendar, se for o caso, as alterações ou medidas necessárias para o atendimento dos padrões legais em vigência no Brasil.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**Art. 47** O CIESA manterá atividades de extensão cultural para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às áreas de seus cursos.

§ 1º As atividades de extensão são supervisionadas pela Coordenação de Extensão e, submetidas à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

§ 2º As atividades de extensão do CIESAA devem contribuir de modo efetivo, para o desenvolvimento sócio-econômico de sua comunidade

§ 3º A extensão no CIESAA assume a forma de cursos, prestação de serviços a terceiros, consultorias, eventos e outras atividades voltadas para a comunidade.

§ 4º Os cursos de extensão são criados mediante plano específico do respectivo professor ou grupo de professores, contendo duração, organização, orçamentação, sistema de admissão e matrícula, regime de aprovação, habilitação aos certificados e recursos humanos envolvidos.

§ 5º O plano a que se refere este artigo é submetido à Pró-Reitoria de Graduação e Extensão para aprovação e posterior homologação pelo CEPE.

§ 6º Os cursos de extensão são oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo ou não desenvolver-se em nível superior, conforme seu conteúdo e o sentido que assumam, em cada caso.

§ 7º Os serviços de extensão e demais atividades extensionistas são aprovados pela Pró-Reitoria de Graduação e Extensão homologados pelo CEPE.

## CAPÍTULO IV

### DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

**Art. 48** O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o Núcleo da Gestão Acadêmica dos cursos de graduação, tecnológico e licenciatura com papel Consultivo, com responsabilidade permanente de acompanhar, consolidar e avaliar o Projeto Pedagógico do Curso em todos os seus âmbitos, realizando estudos e atualizações periódicas, verificando o impacto do sistema de avaliação e aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho.

**Art. 49** Entende-se por ensino, estudos, pesquisas, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação:

I. **Ensino:** são atividades relacionadas ao ato de ministrar aulas presenciais, a distância ou semipresencial na Graduação, Pós-Graduação, Cursos e Aperfeiçoamento.

II. **Estudos:** são atividades exploratórias de conhecimento e aprofundamento em determinado tema ou assunto.



III. **Pesquisas:** são atividades relacionadas à produção de conhecimento

IV. **Trabalhos de extensão:** são atividades relacionadas:

- Congressos, seminários, conferências e palestras assistidas.
- Eventos culturais.
- Eventos, mostras, exposições assistidas.
- Participação em concursos, exposições e mostras.
- Atividades em laboratórios específicos como Empresa Júnior, Incubadora de Empresa e outros.
- Disciplinas cursadas em programas de extensão.
- Participação em projetos sociais.
- Participação em Defesas de teses e dissertações assistidas.
- Vivência profissional complementar.
- Participação em órgão colegiado no CIESA.
- Participação em comissão de organização de congressos, seminários, conferências, palestras.
- Outras atividades de extensão.

V. **Planejamento:** é atividade prevista em regimento, portarias, instruções normativas e documentos específicos relacionados a gestão do CIESA, Cursos, Programas, Projetos, Planos de Trabalho.

VI. **Avaliação:** é qualquer atividade relacionada aos sistemas de avaliação utilizados pelo CIESA e Prevista pelo MEC.

## CAPÍTULO V

### DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

**Art. 50 –** São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I. Promover e garantir o desenvolvimento e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso, desde sua construção, consolidação e atualizações, realizando estudos e atualização periódica e submetendo aos colegiados competentes, se for o caso.

II. Monitorar os resultados do curso no SINAES intervindo com proposições de melhoria.

III. Apresentar Projetos de pesquisa, e as atividades de Extensão necessárias ao desenvolvimento do curso cumprindo a missão do Centro Universitário.

IV. Acompanhar os alunos de Ensino e Instrumentos de Avaliação em conformidade com o PDI do CIESA.

V. Propor metodologias ativas, que assegurem a melhoria do ensino e aprendizagem no curso.

VI. Acompanhar o índice de desempenho dos alunos, atribuindo um parâmetro de coeficiente de rendimento com critério de qualidade.

- VII. Implementar o programa de monitoria.
- VIII. Otimizar a utilização dos laboratórios do curso.
- IX. Integrar as Bancas Examinadoras quando designado para as atividades de: Pessoal, TC e Monografia, Seleção de Professores, Comissão Científica.
- X. Acompanhar, orientar, supervisionar, Projetos de Extensão, Iniciação Científica, Estágios, Atividades Complementares, aulas didática, seleção de monitores, TC, monografia.
- XI. Participar de Comissões (colegiados, assessoria, reuniões com outro segmento).
- XII. Participar da avaliação institucional, acompanhando a avaliação dos docentes, em seus indicadores de qualidade.
- XIII. Verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante.
- XIV. Propor melhorias para qualificação docente, encaminhando-as aos órgãos competentes.
- XV. Apresentar PTA com atividades a serem desenvolvidas no ano letivo.
- XVI. Apresentar relatórios.
- XVII. Contribuir na definição, análise e adequação do perfil profissional do egresso do curso;
- XVIII. Contribuir na reestruturação curricular, para aprovação superior, sempre que necessário;
- XIX. Contribuir na construção, análise e avaliação dos Planos de Ensino do Curso;
- XX. Contribuir na supervisão das formas de avaliação e acompanhamento do curso conforme Planos de Ensino ou PTA aprovados;
- XXI. Contribuir na integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos e linhas de formação estabelecidas pelo projeto pedagógico;
- XXII. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação, considerando-as como novas demandas do mundo do trabalho.
- XXIII. Referendar, por meio de relatório de adequação, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) o acervo bibliográfico.

## **TÍTULO VI**

### **DO REGIME ESCOLAR**

**Art. 51** O Regime Escolar adotado pelo CIESA é o seriado.

**§ 1º** Os cursos de graduação, de acordo com seu projeto pedagógico, poderão se organizar em regime seriado anual ou semestral.

§ 2º O CIESA poderá autorizar, através de regulamento próprio, a integralização curricular pelo sistema de créditos, no regime de matrícula por disciplina.

## CAPÍTULO I

### DO ANO LETIVO

**Art. 52** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão aprovará, anualmente, o Calendário Geral, detalhando todos os eventos acadêmicos regulares especiais.

**Parágrafo único:** Deverá constar no Calendário Geral:

- I- As datas de realização do Processo Seletivo;
- II- Início e término dos trabalhos escolares por períodos do ano letivo;
- III- Recebimento de transferências;
- III- Matrícula, seu trancamento, renovação e confirmação; e
- IV- Dias letivos, feriados e férias escolares.

**Art. 53** O ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1.º O regime do planejamento das atividades acadêmicas é semestral.

§ 2.º O CIESA informará aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 3.º Os alunos que tenham demonstrado, por meio de prova e de outros instrumentos de avaliação específica, aproveitamento extraordinário nos estudos, aplicado por comissão examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seus cursos de acordo com as normas do respectivo sistema de ensino e na forma a ser regulamentada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Art. 54.** O CIESA disponibiliza aos alunos matriculados, antes do início de cada período letivo, o Catálogo de cursos que contém os componentes curriculares, o programa das disciplinas, o tempo de duração do curso, a relação do corpo docente e a respectiva titulação, o sistema de avaliação do rendimento escolar e os dados informativos sobre os recursos materiais disponibilizados para o curso, conforme a Legislação vigente.

**Parágrafo único:** É disponibilizado, na internet, o Manual do Aluno, guia para as atividades acadêmicas, com informações a respeito da instituição, seu sistema de avaliação e procedimentos acadêmicos.

## CAPÍTULO II

### DO PROCESSO SELETIVO

**Art. 55** A admissão aos cursos de graduação presencial far-se-á mediante classificação em Processo Seletivo, aberto aos candidatos que houverem concluído estudos de Grau Médio ou equivalente.

§ 1.º Os candidatos com necessidades especiais concorrerão a vagas do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

§ 2. Serão observadas as adaptações necessárias previamente solicitadas pelos candidatos com necessidades especiais, conforme características do caso e de acordo com a legislação vigente.

**Art. 56** A organização do Processo Seletivo fica a cargo de uma comissão, que pode também encarregar-se de sua realização.

§ 1.º O ato que institui a comissão do Processo Seletivo, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, estabelecerá a sua composição e definirá sua competência.

§ 2.º Se houver conveniência, a realização do Processo Seletivo poderá ficar a cargo de organização idônea, mediante convênio aprovado pelo Conselho Universitário.

**Art. 57** O Processo Seletivo é aberto por edital, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, dele constando os elementos necessários aos esclarecimento dos candidatos, dentre os quais:

- I- Datas, prazos, horários, local e requisitos para a inscrição, bem como o número de vagas para cada curso;
- II- Datas, horários, locais e matérias das provas; e
- III- Critérios de classificação e divulgação de resultados.

**Art. 58** O Processo Seletivo é idêntico, em seu conteúdo, par todos os cursos e, unificado, em sua execução.

**Art. 59** As provas do Processo Seletivo abrangem conhecimentos comuns às diversas formas de educação de Grau Médio ou equivalentes, sem ultrapassar esse nível de complexidade, e tendo por objetivo:

- I- Avaliar a formação dos candidatos e a sua aptidão intelectual para estudos de graduação; e

II-Classificar os candidatos até o limite de vagas.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS MATRÍCULAS**

**Art. 60** A matrícula inicial e sua renovação serão coordenadas pela Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos.

§ 1º Os prazos de matrícula ou sua renovação e confirmação são fixados no Calendário Geral.

§ 2º Salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, nenhuma matrícula pode ser feita ou renovada fora do prazo fixado.

**Art. 61** O pedido de matrícula é feito em formulário próprio, pelo estudante ou seu procurados, com a apresentação ou juntada dos documentos prescritos.

§ 1º Para a matrícula inicial são indispensáveis, além de outros, determinados em normas específicas, os seguintes documentos:

- I – fotocópia do certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;
- II – fotocópia do histórico escolar do ensino médio;
- III – fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- IV – fotocópia de documento de identidade;
- V – fotocópia da prova de quitação com o serviço militar (sexo masculino);
- VI – fotocópia do título eleitor, com comprovante de votação na última eleição (obrigatório para maiores de 18 anos);
- VII – fotocópia do CPF;
- VIII – fotocópia do comprovante de residência;
- IX – 2 (duas) fotografias 3x4 idênticas e recentes

§ 2º O pedido de matrícula, em qualquer circunstância, só pode ser feito à vista da documentação completa.

§ 3º Considera-se nula a matrícula efetuada com inobservância de quaisquer das exigências, condições ou restrições definidas em lei, neste Regimento ou em normas complementares, devendo ser o cancelamento comunicado ao interessado.

**Art. 62** A matrícula e rematrícula são feitas por períodos semestrais ou anuais, dependendo da programação de cada curso, admitindo-se a dependência de estudos em até três disciplinas, observadas as normas, quanto à aceitação e

ao processo de recuperação, emanadas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Art. 63** A matrícula nos cursos de graduação, ato formal de ingresso no curso e de vinculação ao aluno do CIESA, é feita na primeira série do curso e se renova, anualmente, de acordo com o calendário estabelecido, denominando-se rematrícula, quando de sua renovação e confirmação de continuidade de estudos, quando realizada entre os períodos do ano letivo.

§ 1.º A não confirmação da continuidade de estudos, a qual deve ser efetuada com aprovação da quitação do aluno com relação aos pagamentos devidos ao CIESA, representa abandono de curso.

§ 2.º Ressalvado o disposto neste Regimento, a não renovação da matrícula implica o abandono do curso e a desvinculação do aluno do CIESA.

**Art. 64** Havendo vagas, podem ser admitidos candidatos portadores de diplomas de ensino superior, diplomas estes devidamente registrados, ou alunos de cursos de graduação, transferidos para o CIESA.

§ 1.º Os pedidos de matrícula de que trata o *caput* deste artigo são submetidos à Secretaria Acadêmica, a qual deve pronunciar-se sobre as vagas remanescentes, encaminhando-os, se for o caso, ao Coordenador do respectivo curso para análise de aproveitamento dos estudos realizados, indicando as isenções e adaptações de disciplinas para definição da matrícula do candidato no período correspondente.

§ 2.º O candidato deve anexar ao pedido de matrícula os seguintes documentos:

- I – fotocópia autenticada em cartório do diploma do curso de graduação;
- II – fotocópia autenticada em cartório do histórico escolar
- III - conteúdo programático das disciplinas cursadas (em caso de análise de aproveitamento de estudos).

**Art. 65** É concedido trancamento de matrícula para efeito de, interrompidos temporariamente os estudos, manter o aluno a sua vinculação ao CIESA, com o devido direito à renovação de matrícula.

§ 1.º O trancamento é concedido ao aluno que estiver integralmente quite com o CIESA podendo ser requerido somente após a sua matrícula inicial.

§ 2.º O trancamento é solicitado pelo aluno por meio de requerimento, sendo efetivado a partir do mês subsequente à data do requerimento

§ 3.º Do requerimento de trancamento deverá constar, expressamente o período de tempo do trancamento, o qual não poderá ultrapassar a um ano letivo, poderão, apenas, ser concedidos dois trancamentos sucessivos ou três alternados.

**§ 4.º:** Não é concedido o trancamento de matrícula ao aluno que:

I – tenha pendência de documentação;

II – seja estudante do 1º período;

III – entregue requerimento 60 (sessenta) dias após o início do período letivo, ressalvados os pedidos em casos excepcionais devidamente justificados e comprovados, os quais serão submetidos à análise da Coordenação do curso e da Pró-Reitoria de Graduação do CIESA.

**§ 5.º** O aluno com matrícula trancada ou que não tenha renovado sua matrícula por um período de até 04 (quatro) semestres consecutivos de afastamento podem requerer a reabertura de matrícula diretamente ao setor competente do CIESA.

**§ 6.º** O aluno com matrícula trancada ou que não tenha renovado sua matrícula por um período superior a 04 (quatro) semestres consecutivos de afastamento e que venha a solicitar a reabertura de sua matrícula após o referido período deverá obrigatoriamente instruir o pedido de retorno com a justificativa de seu afastamento que será submetido à apreciação da respectiva Coordenação de Curso, e aprovação da Pró-Reitoria de Graduação e Extensão do CIESA, desde que não haja prejuízo de sua formação acadêmica.

**§ 7.º** O aluno nas situações descritas nos parágrafos quinto e sexto deste artigo, estará sujeito à matriz curricular vigente no período de solicitação da reabertura de matrícula, com as adaptações de aproveitamento e equivalência das disciplinas, conforme o caso e as normas institucionais.

**Art. 66** O aluno que houver trancado matrícula ou interrompido seu curso, ao retornar aos estudos, sujeitar-se-á ao estudo das disciplinas e à realização das atividades previstas no currículo em vigor.

**Art. 67** Os Projetos de cursos definirão as condições de ingresso e as exigências de integralização, no caso dos cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão ou de outras modalidades, respeitadas as normas específicas e as disposições do presente Regimento.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS TRANSFERÊNCIAS E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS**

**Art. 68** São permitidas transferências de estudantes regulares provenientes de cursos superiores de instituições nacionais e estrangeiras de funcionamento regular, observada a existência de vaga mediante processo seletivo nos termos de regulamentação aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**§ 1º** São condições de deferimento de qualquer pedido de transferência, o seu processamento no prazo previsto no Calendário Escolar e a existência de vaga.

**§ 2º** A transferência ex-offício é aceita em qualquer época e independe de vaga na forma da lei e mediante requerimento da parte interessada, observadas as normas fixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**§ 3º** A exceção prevista no parágrafo anterior abrange os dependentes do interessado.

**Art. 69** A matrícula do aluno transferido é deferida à vista da guia de transferência e da documentação completa:

I- Histórico escolar, assinalando as disciplinas e discriminando para cada uma a carga horária ou número de créditos, as menções, graus ou notas obtidas e a frequência;

II- Currículo do curso, com todas as disciplinas e atividades, discriminando-se as cargas horárias, ou número de créditos, os pré-requisitos, a duração total de períodos e anos letivos;

III- Os programas de cada disciplina;

IV- O regime ou critério de aprovação;

V- A relação das matérias do currículo do curso e de outras introduzidas pelo estabelecimento, com as respectivas disciplinas resultantes de seu desdobramento;

VI- Documentos pessoais e comprovante da escolaridade de Grau Médio ou equivalente.

**Art. 70** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão baixará normas complementares sobre transferência, observando a legislação vigente.

**§ 1º** O CIESA autorizará a transferência interna (mudança de curso) de alunos regularmente matriculados, respeitadas a afinidade de cursos e a disponibilidade de vagas.

**Art. 71** A guia de transferência é expedida ao aluno que a requeira, independente da época ou outra formalidade.

**§ 1º** O CIESA concederá transferência em qualquer época do ano letivo ao aluno que apresente a documentação exigida pela legislação vigente, anexa a requerimento protocolado na instituição, em estrita observância ao que dispõe a legislação e as normas deste Regimento.

**§ 2º** O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem, desde que compatíveis a carga horária e conteúdo das disciplinas a serem creditadas.



**§ 3º** A transferência ao aluno não poderá ser negada, quer seja em virtude de inadimplência, quer seja em virtude de processo disciplinar em trâmite, ou ainda em função do aluno estar frequentando períodos iniciais e/ou finais do curso.

**Art. 72** O aproveitamento e/ou equivalência de estudos, não decorrente de transferência, faz-se com observância dos seguintes princípios:

I- O aproveitamento de estudos pode ser feito para ciclos, cursos ou habilitações da mesma duração ou de durações diferentes;

II- O aproveitamento de estudos é feito, automaticamente, quando a disciplina estudada tem, em conteúdo e duração, desenvolvimento idêntico, superior ou equivalente a disciplina pretendida;

III- O aproveitamento de estudos pode ser feito mediante adaptação, quando, não ocorrendo a hipótese da alínea anterior, há elementos comuns entre a disciplina estudada e a que se pleiteia em seu lugar;

IV- Em caso de adaptação, consideram-se as cargas horárias e os programas de disciplinas;

V- Na análise dos programas, a comparação levará em conta o valor formativo de seu conteúdo na perspectiva dos conhecimentos e das habilidades requeridas para o curso pretendido, mais do que os aspectos qualitativos e formais representados por itens do programa ou número de atividades;

VI- Não é permitido o aproveitamento quando, embora exista coincidência ou equivalência de carga horária, o conteúdo não atender ao aspecto formativo do curso pretendido;

VII- Quando ambos os cursos incluírem em seus currículos plenos disciplinas complementares, sendo essas, porém diferentes no todo ou em parte, pode o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em qualquer hipótese, exigir o currículo pleno ou, como solução pedagogicamente mais recomendável, reconhecer aquelas já cursadas que, a seu juízo, apresentam um equivalente valor informativo; e

VIII- As adaptações determinadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão podem, conforme o caso, resolver-se em planos de ação, provas especiais e/ou estudos com assistência do professor ou na própria sala de aula, de temas ainda não vistos ou partes de programas faltantes que sejam indispensáveis ao prosseguimento do curso.

**§ 1.º** Na elaboração dos planos de adaptação são observados, no CIESA, os seguintes princípios gerais:

I – A adaptação deve processar-se mediante o cumprimento do plano especial de estudo que possibilite o melhor aproveitamento do tempo e da capacidade de aprendizagem do aluno, assim como minimizar, na medida do que seja

recomendável pedagogicamente, as perdas de semestres letivos em relação à IES de origem;

II – A adaptação refere-se aos estudos realizados em nível de graduação, dela excluindo-se o processo seletivo e quaisquer outras atividades desenvolvidas pelo aluno para o ingresso no curso;

III – Não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por lei especial que lhes assegure a transferência em qualquer época e independentemente de vaga;

IV – O processo de adaptação deve valorizar mais a ampla integração dos conhecimentos e habilidades inerentes ao curso, no contexto da formação cultural e profissional do aluno, do que aspectos meramente quantitativos e formais do ensino.

§ 2.º Para os casos excepcionais que recomendem um plano especial de adaptação curricular envolvendo disciplinas de mais de dois semestres letivos consecutivos, o coordenador de curso elaborará parecer circunstanciado onde exporá as disciplinas e turmas em que o aluno fará adaptação, enviando-o à Secretaria Acadêmica para específico acompanhamento.

§ 3.º Os critérios estabelecidos neste artigo aplicam-se aos casos de mudança de curso e aos de matrícula para prosseguimento de estudos, independentes de novo Processo Seletivo.

## CAPÍTULO V

### DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

#### Seção I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 73** A frequência às aulas e às demais atividades escolares, permitida apenas aos alunos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas, salvo nos casos previstos em lei.

§ 1.º Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência escolar, no mínimo, de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas.

§ 2.º A verificação e o registro da frequência escolar são de responsabilidade do professor e, o seu controle, da Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos, a qual

comunicará os resultados aos setores competentes do CIESA, na forma do que dispuser o Regulamento da mesma.

§ 3.º A ausência coletiva às aulas, por parte de uma turma, implica a atribuição de faltas a todos os alunos e não impede que o professor considere lecionado o conteúdo programático planejado para período em que a ausência se verificar.

§ 4.º O aluno que for convocado para integrar Conselho de Sentença em Tribunal do Júri, Serviço Militar obrigatório ou Eleitoral, bem como aqueles que participarem de conclaves oficiais, as gestantes e os portadores de doenças infecto-contagiosas devidamente comprovadas e amparadas pela legislação especial, tem sua frequência apurada na forma da legislação em vigor.

§ 5.º Os prazos para pedidos formulados com base no disposto no parágrafo anterior são de três dias úteis contados da data do início do evento.

**Art. 74** A avaliação da aprendizagem far-se-á pelo conjunto das disciplinas que o aluno está cursando, mediante a aplicação de **Um Único Instrumento de Avaliação ou Um Instrumento por Disciplina e ou Disciplinas.**

§ 1º - Compete ao professor da disciplina e de outros componentes curriculares, definir os critérios de avaliação de aprendizagem, como parte do processo de ensino e acompanhar o desempenho dos alunos.

§ 2º - Cabe ao professor a aferição do rendimento acadêmico do aluno durante o ano letivo, por meio de 4 (quatro) Notas Parciais de Conhecimento (NPC), para cada disciplina, sendo atribuída uma a cada bimestre do ano letivo, e uma nota de Exame Final (NEF). No caso do currículo disposto em organização modular, deverá completar apenas 2 (duas) Notas Parciais de Conhecimento (NPC), para cada disciplina, sendo atribuída uma a cada bimestre do ano letivo, e uma nota de Exame Final (NEF).

§ 3º - Compete aos professores das disciplinas e de outros componentes curriculares, programar e elaborar os instrumentos de aprendizagem de que trata este artigo, nelas compreendidas as mais diversas formas de exercícios, tais como: Atividades de pesquisa bibliográfica e de campo, atividades de extensão, projetos, relatórios, painéis, seminários, estudos de casos, visitas técnicas, praticas profissionais e outras formas propostas no plano de ensino.

§ 4º - O exame final, realizado no fim do ano letivo, tem por objetivo avaliar a capacidade de domínio do conjunto da disciplina e constará de uma prova escrita, sendo admitida a prova prática para aquelas disciplinas cuja avaliação exija tal tipo de procedimento.

**Art. 75** As notas atribuídas à avaliação prevista no artigo anterior deverão se expressas em grau inteiro, de 0 (Zero) à 10 (Dez), admitindo-se o 0,5 (meio) ponto, com a média final expressa até a segunda decimal.

§ 1º Atribui-se nota Zero ao aluno que se utilizar de meios fraudulentos no instrumento de avaliação aplicado na forma prevista do artigo anterior deste Regimento.

§ 2º Ao aluno que deixar de se submeter às avaliações parciais de conhecimento, previstas neste Regimento, e para efeito do cálculo da média aritmética, serão atribuídas falta e nota 0 (Zero).

§ 3º- O aluno que deixar de comparecer a uma das avaliações parciais de conhecimento de cada semestre, conforme previsto neste Regimento, bem como ao Exame Final, poderá, através de requerimento, solicitar prova de segunda chamada no prazo de três dias, contados da data da realização da prova, por disciplina.

§ 4º- O rendimento verificado na prova de segunda chamada equivalerá, exclusivamente, e apenas, à nota parcial de avaliação a que o aluno houver deixado de comparecer, ou a nota do Exame Final, na forma definida pelo professor e constante do que dispõe este Regimento.

§ 5º- O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão definirá as condições de concessão de provas de segunda chamada requeridas na forma deste Regimento e, bem assim, definirá outras normas específicas relativas às avaliações, inclusive quanto ao Exame Final.

**Art. 76** - Considera-se aprovado na Disciplina ou Atividade Curricular, o aluno que tenha alcançado o percentual mínimo de 75% (Setenta e cinco por cento) de frequência escolar e obtido um total de pontos igual ou superior a vinte (20) pontos nas quatro notas parciais de conhecimentos e cuja média somada ao rendimento verificado no exame final resulte em média igual ou superior a cinco (5) pontos. No caso do currículo disposto em organização modular, o total de pontos igual ou superior a dez (10) pontos nas duas notas parciais de conhecimentos cuja média somada ao rendimento verificado no exame final, resulte em média igual ou superior a cinco (5) pontos.

§ 1º Respeitada a frequência mínima de setenta e cinco por cento, fica dispensado da realização do Exame Final da disciplina, o aluno que tenha obtido média igual ou superior a oito (8) pontos nas quatro notas parciais de conhecimento, de que trata este Regimento.

§ 2º Não tem direito de realizar o Exame Final o aluno que tenha quociente de frequência inferior a setenta e cinco por cento, sendo considerado não creditado na disciplina, independentemente de haver obtido rendimento escolar, conforme aqui previsto.

§ 3º É considerado igualmente reprovado o aluno que não obtiver na soma das quatro notas parciais de conhecimento, um total mínimo de vinte (20) pontos ou que não obtiver na soma das duas notas parciais de conhecimento, um total mínimo de dez (10) pontos.

§ 4º É assegurado ao aluno o direito à revisão de provas, excetuadas as do

concurso vestibular bem como deve o professor efetuar a revisão automática das provas realizadas na forma de regulamentação aprovada pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

§ 5º O aluno não aprovado por não ter alcançado, seja frequência escolar mínima, sejam as notas exigidas. Repetirá a disciplina, na forma do que estabelece este Regimento, respeitadas as exigências de frequência escolar, de aproveitamento de estudos e de pagamento do valor dos créditos correspondentes à ou as disciplinas.

§ 6º É promovido à série seguinte o aluno aprovado em todos os componentes curriculares da série cursada, admitindo-se a promoção à série subsequente, com dependência com até três disciplinas da série anterior.

§ 7º O aluno promovido em regime de dependência deverá matricular-se obrigatoriamente, nas disciplinas de que depende obedecendo ao limite de vagas por turma, respeitado a compatibilidade de horários, nas demais disciplinas da série para a qual foi promovida

## Seção II

### DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

**Art. 77** A ênfase na aprendizagem será o elemento norteador da avaliação do desempenho escolar, garantindo aos alunos nos termos do PPI do Ciesa que:

I – O domínio do conhecimento deve estar relacionado à transformação da sociedade.

II - O desenvolvimento do hábito de estudar como atividade rotineira, independentemente da aplicação de instrumentos formais de avaliação.

III - Ação pedagógica do professor numa perspectiva humana, ética, justa e solidária.

IV - Consideração de todas as atividades acadêmicas como relevantes para a formação integral do aluno, não apenas aquelas atreladas à composição de notas.

V - Incorporação, por parte dos docentes, dos diversificados instrumentos da aprendizagem.

§ 1.º Os instrumentos de que trata o inciso V deste artigo deverão ser compreendidos como mecanismos de auxílio, permitindo as intervenções pedagógicas do professor, para oportunizar ao aluno o alcance dos objetivos de aprendizagem.

§ 2.º A meta comum dos professores deverá visar o desenvolvimento das competências e habilidades constantes do projeto do curso.

**§ 3.º** Deverão ser estabelecidos parâmetros para a obtenção de uma prática de avaliação de qualidade, projetada para uma educação humanizadora, valorizada a partir dos resultados efetivos que o ensino traz aos alunos e que sejam significativas assinalando:

- I - Indicação de conhecimento concreto da matéria;
- II – Que sejam válidos e funcionais;
- III – Aplicáveis à sua realidade;
- IV – Conceitos claros;
- V – Desenvolvimento de habilidades, hábitos intelectuais, atitudes;
- VI – Rigor científico.

**§ 4.º** Na avaliação, para promover e garantir a aprendizagem deverá ser considerado, sobretudo o processo de ensino, a obtenção dos objetivos (capacidade), a atuação do docente, os conteúdos e as atividades.

**§ 5.º** O corpo da aprendizagem deverá basear-se em tripla vertente: conceitos, procedimentos e atitudes.

**§ 6.º** A matéria de que trata este artigo, será regulamentada pelo CEPE, relativamente aos critérios de avaliação, que permitam organizar uma sequência lógica das etapas da avaliação cujas especificidades impõem a adoção de processo especial, e a elaboração de uma Matriz da Prova indicando: Conteúdos, Habilidades, Quantidade de Questões e Nível de Dificuldade.

**Art. 78** A Avaliação do Desempenho Escolar é feita pelo conjunto das disciplinas que o aluno cursa, e de outros componentes curriculares inerentes ao curso, ambas incidindo sobre a frequência e o aproveitamento escolar, que será normatizado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

**§ 1.** Cabe ao professor a aferição do rendimento acadêmico do aluno durante o ano letivo, por meio de Notas Parciais de Conhecimento (NPC), para cada disciplina, sendo atribuída uma a cada bimestre do ano letivo e uma nota de Exame Final (NEF)

**§ 2.** Se o aluno cursar disciplina isolada será submetido à avaliação específica da disciplina em questão.

**Art. 79** A Avaliação do desempenho Escolar é feita pelo conjunto das disciplinas que o aluno cursa, e de outros componentes curriculares inerentes ao curso, ambas incidindo sobre a frequência e o aproveitamento escolar.

**Parágrafo único** se o aluno cursar disciplina isolada será submetido à avaliação específica da disciplina em questão.

**Art. 80** Considera-se aproveitamento escolar, o acompanhamento sistemático do desempenho do aluno pelo professor, realizado no decorrer do ano letivo.

**Parágrafo único** - Os resultados alcançados pelos discentes, com as notas correspondentes aos mesmos; deverão ser lançados pelo professor, no sistema acadêmico do CIESA, no prazo de até oito dias após a realização das avaliações.

**Art. 81** A avaliação dos componentes curriculares, distintos das disciplinas que constituem o currículo do curso, tais como: Atividades Complementares, Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias, Estágios e outras similares, obedecerão a regulamentação específica, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso e aprovada pelos órgãos competentes na forma prevista neste Regimento.

**Art. 82** Considera-se aproveitamento escolar, o acompanhamento sistemático do desempenho do aluno pelo professor, realizado no decorrer do ano letivo.

**Parágrafo único** - Os resultados alcançados pelos discentes, com as notas correspondentes aos mesmos; deverão ser lançados pelo professor, no sistema acadêmico do CIESA, no prazo de até oito dias após a realização das avaliações.

**Art. 83** A avaliação dos componentes curriculares, distintos das disciplinas que constituem o currículo do curso, tais como: Atividades Complementares, Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias, Estágios e outras similares, obedecerão a regulamentação específica, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso e aprovada pelos órgãos competentes na forma prevista neste Regimento.

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS ESTÁGIOS**

**Art. 84** Os estágios supervisionados constam de atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais de trabalho.

**§ 1.º** Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do estágio, prevista no currículo pleno do curso, nela podendo-se incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação de atividades.

§ 2.º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, sem vínculo empregatício de qualquer natureza, e realizado conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso, obedecidas a legislação vigente no país.

§ 3.º Os estágios supervisionados obrigatórios constam de atividades de prática pré-profissional, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, sendo regidos por regulamentos próprios aprovados pelos respectivos Colegiados de Curso.

§ 4.º Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do estágio previsto no currículo do curso, nela se podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

§ 5.º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

**Art. 85** Os estágios são coordenados pelo coordenador de cada curso:

§ 1.º Os Colegiados de Curso definirão a programação dos Estágios.

§ 2.º Aos supervisores, indicados pelo Coordenador de Curso, cabe a orientação do estagiário.

§ 3.º Observadas as normas gerais deste Regimento, os estágios obedecerão a regulamentos próprios, um para cada curso, elaborados pelas Comissões de Curso e aprovados pelo Conselho dos Cursos.

§ 4.º Os estágios supervisionados obrigatórios constam de atividades de prática pré-profissional, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, sendo regidos por regulamentos próprios aprovados pelos respectivos Colegiados de Curso e homologados pelo CONSEA.

§ 5.º Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do estágio previsto no currículo do curso, nela se podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

§ 6.º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 7.º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

§ 8.º Na realização do estágio não obrigatório serão observados os requisitos de matrícula e frequência regular do educando no curso, sendo celebrado *Termo de Compromisso* entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, nos termos da legislação em vigor, bem como será observada a compatibilização entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 9.º A supervisão constará no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário, inclusive das instalações da parte



concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando, sendo feita na forma definida em Regulamento próprio.

## TÍTULO VII

### DA COMUNIDADE ACADÊMICA

#### CAPÍTULO I

#### DO CORPO DOCENTE

**Art. 86** O Corpo Docente é a parcela do corpo social, constituída dos servidores que exercem atividades de ensino, pesquisa e extensão, o qual terá sua regulamentação no Plano de Carreira do Magistério Superior.

- I – Professor Titular;
- II – Professor Adjunto;
- III – Professor Assistente.

§ 1.º O Plano de Carreira do Magistério Superior apresentará todas as normas em relação a formas de ingresso na carreira, categorias, níveis, enquadramento e reenquadramento.

§ 2.º As formas de acesso, promoção, regime de trabalho e vantagens do cargo docente regem-se pelas normas estabelecidas pelo CONSEA e homologadas pelo Conselho Superior, respeitada a legislação vigente do ensino superior e considerados os seguintes aspectos:

I – para Professor Titular: possuir o grau de doutor ou livre docente e comprovar experiência acadêmica, além de capacidade científica ou reconhecida competência revelada no exercício da profissão;

II – para Professor Adjunto: possuir o grau de mestre e comprovar experiência acadêmica, além de experiência profissional;

III – para o caso de Professor Assistente: possuir o título de especialista e experiência acadêmica de, pelo menos, 2 (dois) anos.

**Art. 87** Os professores são admitidos mediante seleção feita pelos Coordenadores de Curso, aprovada pelo Conselho de Cursos.

**Art. 88** A forma de seleção é disciplinada pelo Conselho de Cursos.

**Parágrafo único.** A seleção, salvo casos de urgência, será precedida de convocação pública, com antecedência mínima de trinta dias.

**Art. 89** Os professores são contratados para os Cursos, com indicação da matéria, respeitadas as especializações e a qualificação específica que poderão corresponder a uma ou mais disciplinas.

§ 1.º As contratações e as demissões são efetuadas pela Entidade Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados, quando for o caso, os critérios e normas deste Regimento.

§ 2.º O Setor de Recursos Humanos manterá atualizado o cadastro de cada docente.

**Art. 90** São deveres e atribuições do professor, no exercício da docência:

- I- Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, de acordo com o melhor critério didático e ético determinado pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso;
- II- Organizar os programas de ensino apresentando-os com antecedência ao NDE e Colegiado do Curso para aprovação e posterior homologação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- III- Organizar e presidir as provas regulamentadas, exercícios e trabalhos escolares;
- IV- Orientar e fiscalizar trabalhos escolares;
- V- Entregar a Ata de Provas ao Coordenador de Curso, até oito dias após a realização das provas e trabalhos, as notas correspondentes aos mesmos;
- VI- Tomar parte nas reuniões dos órgãos colegiados;
- VII- Participar das Comissões Examinadoras e outras para as quais for designado;
- VIII- Observar o regime escolar do CIESA;
- IX- Cumprir os encargos que lhe forem cometidos pela Coordenação de Curso, no interesse do ensino;
- IX- Respeitar a obrigatoriedade de frequência, bem como a execução integral dos programas de ensino.
- X- Manter atualizadas as suas informações cadastrais, de titulação e produção acadêmica disponibilizadas para a IES;
- XI- Dedicar-se ao estudo em sua especialidade, seja por estudos pessoais, participação em eventos ou cursos, buscando manter-se atualizado e aperfeiçoar as habilidades didático-metodológicas;
- XII- Utilizar os resultados da avaliação institucional para aperfeiçoamento de suas práticas docentes, apresentando um plano de ação para seu desenvolvimento como professor;

XIII- Exercer ação interdisciplinar no cenário de aprendizagem em que estiver atuando.

XIV- São obrigatórias a frequência dos professores e a execução integral dos programas de ensino e dos trabalhos previstos.

XV- As faltas dos professores, por motivo de doença ou impedimento relevante, deverão ser justificadas nas respectivas Coordenações de Cursos, mediante a apresentação de documento comprobatório da ausência do docente.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CORPO DISCENTE**

**Art. 91** O corpo discente é a parcela do corpo social constituída por todos os alunos do CIESA.

**Art. 92** O corpo discente é integrado por duas categorias:

- I- Alunos regulares; e
- II- Alunos especiais.

§ 1.º Aluno regular é o estudante matriculado para fazer curso de graduação.

§ 2.º Aluno especial é aquele admitido para cursar disciplinas, fazer cursos de aperfeiçoamento, especialização, extensão ou outra modalidade.

**Parágrafo Único** – Em qualquer condição, cabem a todos os componentes do corpo discente, individual ou coletivamente, conforme o caso, os seguintes direitos e deveres:

I – atender aos dispositivos regulamentares, no que respeita à organização didática, especialmente a frequência às atividades acadêmicas, à execução das atividades escolares e às obrigações financeiras e de entrega de documentação relativas aos serviços educacionais, nos termos do contrato de prestação de serviços educacionais celebrado com a Instituição;

II – observar o regime disciplinar instituído neste Regimento Geral;

III – abster-se de atos que possam importar em perturbação da ordem, ofensa aos bons costumes e ética, desrespeito, por palavras escritas ou ações, dirigidas às autoridades educacionais e aos membros dos quadros dirigente, docente, discente e técnico-administrativo do CIESA;

IV – não fazer proselitismo, dentro do recinto escolar, de idéias contrárias aos princípios que inspiram o CIESA;

V – não utilizar a marca do CIESA em documentos, eventos ou meios de comunicação, inclusive Internet, sem autorização da Administração Superior da instituição;

VI – não divulgar nas redes sociais notícias que envolvam indevidamente a instituição, docentes ou membros da comunidade acadêmica, sob pena de sujeitar-se ao regime disciplinar previsto neste instrumento, além de outras medidas cabíveis, conforme o caso;

VII – utilizar os meios institucionais de comunicação disponíveis no *site* da instituição para tratar de assuntos de ordem exclusivamente acadêmica, vedando-se o uso indevido das redes sociais;

VIII – não se utilizar de qualquer meio fraudulento, inclusive plágio, na realização de atividades e avaliações acadêmicas, sob pena de sujeitar-se ao regime disciplinar previsto neste instrumento;

IX – contribuir, na esfera de sua ação, para o prestígio do CIESA e o respeito às finalidades e objetivos do mesmo;

X – comparecer aos atos solenes do CIESA;

XI – respeitar o patrimônio material e imaterial colocado à disposição do CESUPA e zelar por ele;

XII – apelar, por escrito, das decisões dos órgãos da administração, na forma estabelecida neste Regimento Geral;

XIII – comparecer, quando convocado, à sessão do órgão colegiado competente que tiver de julgar recurso sobre aplicação de pena disciplinar na qual for interessado.

## Seção I

### DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE

**Art. 93** O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico, com regimento próprio, por ele elaborado, nos termos da legislação vigente, cuja cópia deverá ser remetida ao Conselho Universitário.

§ 1.º Fica assegurado aos discentes do CIESA o direito de organizar entidade estudantil, na forma da lei.

§ 2.º A organização, o funcionamento e as atividades da entidade estudantil são estabelecidos nos seus estatutos elaborados e aprovados de acordo com a legislação pertinente em vigor.

§ 3.º A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento do CIESA, vedadas atividades de natureza político-partidária.

## Seção II

### DO PROGRAMA DE MONITORIA

**Art. 94** O CIESA mantém programa de monitoria, nele admitindo alunos regulares selecionados pelos cursos por meio de processo seletivo precedido de Edital, e designados pelo Reitor dentre estudantes que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina, bem como aptidão para atividades auxiliares de ensino e pesquisa.

§ 1.º A atividade de monitoria é regida por Resolução específica e não implica vínculo empregatício, sendo exercida sob a orientação de um professor, vedada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular da disciplina/módulo curricular.

§ 2.º O monitor cumprirá, em horário não conflitante com o de suas aulas, a carga horária definida em Resolução específica.

§ 3.º A atuação dos monitores se faz sempre em período inferior ao que eles curseem como estudantes.

§ 4.º Será admitida a monitoria voluntária, sem qualquer recebimento de bolsa e/ou descontos de qualquer natureza pelo discente, que assinará *Termo de Compromisso*, atendidos os requisitos constantes da Resolução de Monitoria.

§ 5.º Fica vedado o acúmulo de monitorias e bolsas.

## CAPÍTULO III

### DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

**Art. 95** O corpo técnico-administrativo é a parcela do corpo social constituída dos servidores que exercem funções técnicas e administrativas.

§ 1º Os servidores serão contratados pela Mantenedora.

§ 2º O pessoal técnico-administrativo é regido pela legislação do trabalho, pelas disposições do estatuto da Mantenedora e deste Regimento e pelo Plano de Cargos e Salários uma vez implantado.

§ 2º O CIESA zela pela manutenção dos padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza de instituição educacional, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários, consoante os princípios definidos em regulamento específico.

## TÍTULO VIII

### DO REGIME DISCIPLINAR

#### CAPÍTULO I

##### DO REGIME DISCIPLINAR EM GERAL

**Art. 96** O ato de matrícula é de investidura em cargo ou função docente e técnico-administrativa, importando em compromisso formal de respeito aos princípios éticos que regem o CIESA, à dignidade acadêmica, às normas contidas na legislação do ensino, neste Regimento e, complementarmente, às baixadas pelos órgãos competentes e às autoridades que deles emanam.

**Art. 97** Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, o desentendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

§ 1º Na aplicação das sanções disciplinares será considerada a gravidade da infração, à vista dos seguintes elementos:

- I- Primariedade do infrator;
- II- Dolo ou culpa;
- III- Valor do bem moral, cultural ou material atingido; ou
- IV- Grau de autoridade ofendida.

§ 2º Ao acusado será sempre assegurado o direito de defesa.

§ 3º A aplicação a aluno ou a docente de penalidade de que implique afastamento definitivo das atividades acadêmicas, será precedido de inquérito administrativo, mandado instaurar pela Pró-Reitoria de Graduação.

§ 4. Em caso de dano material ao patrimônio do CIESA, além da sanção disciplinar aplicável, o infrator estará obrigado ao ressarcimento.

**Art. 98** sanções a serem aplicadas ao corpo docente, discente e técnico-administrativo, deverão ser ressaltados o caráter formativo e educativo mais que o punitivo.

#### CAPÍTULO II

##### DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE

**Art. 99** Aos membros do corpo docente podem ser aplicadas as seguintes sanções:

- I- Advertência por escrito;
- II- Suspensão; ou
- III- Demissão.

**Art. 100** A advertência será feita por escrito ao membro do corpo docente que:

- I- De qualquer maneira, faltar à urbanidade e à compostura nas suas relações com os colegas, funcionários do CIESA e alunos; ou
- II- De qualquer modo descuidar de suas funções.

**Parágrafo único.** A aplicação da medida disciplinar de que trata este artigo será procedida de apuração sumária e sigilosa da ocorrência da falta, por pessoa indicada pela Reitoria.

**Art. 101** A suspensão será aplicada nos seguintes casos:

- I- Reincidência em falta punida mediante advertência por escrito;
- II- Insubordinação às determinações dos órgãos superiores; ou
- III- Ausência, sem justificativa, às atividades docentes, ou não cumprimento do programa de trabalho.

§ 1.º A suspensão constará de ato escrito e não será inferior a três dias, nem superior a trinta dias.

§ 2.º A suspensão será aplicada com base em inquérito ou sindicância, determinada pelo Reitor e realizada na forma deste Regimento.

§ 3.º Enquanto suspenso disciplinarmente, o professor não pode exercer nenhuma atividade docente ou de direção, nem função junto a órgãos de deliberação coletiva, para o qual tenha sido eleito ou designado.

**Art. 102** A demissão ocorrerá nos seguintes casos:

- I- Reincidência em falta punida com suspensão;
- II- Desrespeito à proibição legal de propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de defesa de preconceitos de raça ou de classe.

**Parágrafo único.** A demissão será aplicada por escrito, com base em inquérito determinado pelo Reitor do CIESA.

**Art. 103** A apuração das transgressões sujeitas à medidas disciplinares de suspensão ou de demissão tem o seguinte procedimento:

- I- Apuração pessoal, em caráter sigiloso, pelo Pró-Reitor de Graduação, da ocorrência da irregularidade de que tenha conhecimento direta ou indiretamente;
- II- Comunicação da irregularidade que tenha sido apurada pelo Pró-Reitor de Graduação, mediante carta reservada ao indiciado, fixando-lhe o prazo de três dias para que apresente sua defesa;
- III- Decisão do Pró-Reitor de Graduação, à vista do resultado da apuração sumária;

§ 1.º No caso de concluir pela ocorrência de falta, o Reitor do CIESA baixará ato aplicando a pena de advertência por escrito, a qual juntará aos autos da apuração sumária, e fará as devidas comunicações ao professor punido e ao Departamento de Recursos Humanos.

§ 2.º Na hipótese da não comprovação da ocorrência da falta, o Reitor arquivará, para todos os efeitos, o processo de apuração sumária.

**Art. 104** O inquérito para apuração das transgressões sujeitos à medidas disciplinares de suspensão ou de demissão tem o seguinte procedimento:

- I- Dando conhecimento de sanção disciplinar, de suspensão ou de demissão, o Reitor mandará reduzir a termo de imputação;
- II- Em seguida, o Pró-Reitor de Graduação efetuará, pessoalmente, em caráter sigiloso, as diligências preliminares que julgar aconselháveis;
- III- No caso de concluir pela existência de indícios da ocorrência de uma daquelas faltas disciplinares, o Pró-Reitor de Graduação designará para apurá-la uma Comissão de Inquérito, constituída de três professores de nível igual ou superior ao do indiciado. Se porém, a imputação for manifestamente improcedente, o Pró-Reitor de Graduação rejeitará liminarmente e promoverá a responsabilidade das pessoas que tiverem assinado o Termo;
- IV- A Comissão de Inquérito tem, para a realização de seu trabalho, o prazo de trinta dias; prorrogável, a pedido, por dez dias, mediante despacho do Pró-Reitor de Graduação;
- V- O trabalho da Comissão compreenderá a audiência do indiciado e de testemunhas, a realização de diligências, a requisição de documentos e outras providências necessárias à instrução do inquérito, finda a qual se abrirá vista ao indiciado para que produza sua defesa no prazo de três dias;
- VI- Estudando os autos e a defesa, a Comissão apresentará o seu relatório ao Conselho de ensino, Pesquisa e Extensão, por intermédio do Reitor que convocará esse órgão, extraordinariamente, se necessário, para julgar o processo;



VII- Cabe ao Conselho de ensino, Pesquisa e Extensão decidir pela importância da arguição ou determinar a aplicação ao professor da pena de suspensão.

**Art. 105** A aplicação das sanções previstas neste regimento incumbe:

- I- Ao Reitor do CIESA, a advertência por escrito;
- II- Ao Reitor do CIESA, por deliberação do Conselho de ensino, Pesquisa e Extensão, à vista de proposta da Comissão de Inquérito designada, a de suspensão;
- III- A Mantenedora, por proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, à vista de conclusão de Comissão de Inquérito, designada pelo Pró-Reitor de Graduação do CIESA, a de demissão.

§ 1.º Os professores indiciados em processos disciplinares são impedidos de participar de discussão e votação da matéria, nos órgãos de deliberação coletiva de que sejam membros efetivos ou suplentes.

§ 2.º Da advertência por escrito e da suspensão, cabe recurso, com efeito suspensivo, para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, dentro do prazo de dez dias, a contar da ciência que será dada pessoalmente ao professor, da sanção que lhe tenha sido aplicada.

### CAPÍTULO III

#### DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

**Art. 106** Os membros do corpo discente estão sujeitos as seguintes sanções disciplinares:

- I- Advertência verbal;
- II- Repreensão por escrito;
- III- Suspensão por quinze dias;
- IV- Suspensão por mais de quinze dias, mediante inquérito;
- V- Desligamento.

§ 1.º As sanções disciplinares estabelecidas nos incisos “I”, “II” e “III” serão aplicados pelo Reitor do CIESA e, as demais, por decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, após realização do inquérito, no qual será assegurado amplo direito de defesa.

§ 2.º O inquérito será presidido por um professor designado pelo Conselho de ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 3.º Comporão a Comissão de Inquérito dois professores e um representante dos alunos, sendo feita a designação de um funcionário do CIESA que

servirá de secretário. Na hipótese de sanção prevista nas alíneas do “caput”, cabe recurso ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a ser interposto no prazo de cinco dias, a contar da data da notificação. Não serão concedidas transferências durante o período de suspensão aos alunos que tenham incorrido nas sanções definidas nos incisos “III” e “IV”. A suspensão não pode ultrapassar o prazo de seis meses.

**Art. 107** Serão submetidos às sanções de advertência verbal e repreensão, por escrito, os alunos que cometerem uma das seguintes faltas:

- I- Desrespeito ao Reitor, Pró-Reitores, a membro do corpo docente ou a qualquer autoridade constituída do CIESA, em decorrência das suas funções;
- II- Ofensa a aluno ou a funcionário do CIESA;
- III- Perturbação da disciplina no recinto do CIESA;
- IV- Danificação leve do patrimônio do CIESA, no caso em que o aluno ficará obrigado a indenizar o dano; e
- V- Improbidade na execução de atos ou trabalhos escolares.

**Art. 108** Serão submetidos à suspensão ou ao desligamento, os alunos que cometerem uma das seguintes faltas:

- I- Agressão a aluno ou funcionário do CIESA;
- II- Danificação grave do patrimônio do CIESA, caso em que o aluno ficará obrigado a indenizar o dano
- III- Prática de atos desonestos, incompatíveis com a dignidade da Instituição; ou
- IV- Injúria ou agressão à autoridade constituída do CIESA ou a qualquer membro do corpo docente, em decorrência de suas funções.

**Art. 109** Na aplicação das sanções, serão levadas em conta a primariedade do infrator, a gravidade da falta, seus motivos e consequências.

§ 1.º A convocação para qualquer ato de inquérito disciplinar será feita por escrito.

§ 2.º Durante o inquérito, o indiciado não poderá obter transferência para qualquer outro estabelecimento de ensino.

§ 3.º Concluído o inquérito, seu resultado será comunicado ao aluno, por escrito.

§ 4.º Em nenhuma hipótese, as sanções podem constar do histórico escolar do aluno.

**Art. 110** Serão cancelados os registros das sanções previstas nos incisos I e II, § 1.º, do artigo 95 se, no prazo de um ano de sua aplicação, o discente não incorrer em reincidência.

## CAPÍTULO IV

### DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

**Art. 111** Aplicam-se ao corpo técnico-administrativo o regime disciplinar da legislação do trabalho e as disposições do presente Regimento.

## TÍTULO IX

### DO SISTEMA DE AUTO-AVALIAÇÃO

#### Seção I

**Art. 112** O Sistema de Autoavaliação tem periodicidade anual, com verificação do desempenho global do CIESA e do grau de atingimento dos objetivos institucionais e de seus cursos, utilizando Questionário online de autopreenchimento por docentes, discentes, egressos e funcionários técnico administrativos, compreendendo os Subsistemas de Avaliação do Desempenho Global, de Avaliação de Gestão e de Avaliação dos Cursos.

**Art. 113** Utiliza, no seu processo de avaliação institucional, um sistema informatizado que possibilita o levantamento de informações e a apresentação dos dados em tempo real, a partir de um conjunto de informações anuais já registradas no banco de dados do portal acadêmico, possibilitando gerar uma série de dados requisitadas pela Comissão Própria de Avaliação, permitindo o necessário *feedback* e auxiliando o planejamento de suas atividades fins com mais precisão e segurança.

**Art. 114** A seguir, os dados coletados são processados e disponibilizados no portal acadêmico, contendo os dados estatísticos e gráficos demonstrativos dos indicadores avaliados nos vários níveis hierárquicos, compatibilizados com o organograma da instituição, comparando as Coordenações de Curso, os Cursos de determinada Coordenação, docentes de um componente curricular e turmas de um docente.

**Art. 115** O sistema permite a visualização e impressão de diversas telas comparativas, permite acesso compartilhado e ilimitado pela web em diferentes níveis de acesso com privilégios específico correspondente a função desempenhada pelo operador, que poderá ter bloqueada algumas consultas que não correspondem ao seu grau de responsabilidade.

§ 1º Para fins de utilização regular e periódica, cada subsistema será organizado formalmente, estabelecendo-se os padrões, meios e instruções para a sua elaboração sistemática e uniforme;

§ 2º A elaboração, análise e providências são de competência da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), na amplitude de suas atribuições, cabendo à Reitoria a avaliação e as decisões globais e, eventualmente, as medidas circunscritas que se façam necessárias;

§ 3º O Sistema de Autoavaliação é parte do sistema de informação acadêmica e operacional, estando, dentro das respectivas competências, à disposição de cada Órgão do CIESA, da SAMEC e dos poderes públicos.

## Seção II

### COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO CIESA

**Art. 116** A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do CIESA tem como missão promover o processo de autoavaliação do CIESA e os seus efeitos, envolvendo os seus atores e subsidiando a adequação de seus procedimentos para uma gestão eficiente e de qualidade.

**Art. 117 A CPA apresenta ainda como ações:**

- I. Revisão do Regimento da CPA, tendo em vista a sua atuação a ser exigida nos indicadores de avaliação dos cursos;
- II. CPA em ação: visita em salas de aula;
- III. Coleta e análise dos resultados;
- IV. Seminário e debates;
- V. Construção das ações de melhorias;
- VI. Revisão dos indicadores de qualidade.

## TÍTULO X

### DOS TÍTULOS E DIGNIDADE ACADÊMICAS DA COLAÇÃO DE GRAU E DA EMISSÃO DOS DIPLOMAS

**Art. 118** O CIESA confere diplomas de graduação e expede certificados correspondentes aos cursos de especialização, de aperfeiçoamento e extensão, bem como a aprovação de disciplinas.

§ 1º Os diplomas relativos a cursos de graduação conferirão os títulos especificados em currículo.

§ 2º Os diplomas a que se refere este artigo são assinados, em cada caso, pelo Reitor do CIESA, pelo diplomado e pelo Secretário de registros e Controles Acadêmicos.

**Art. 119** O ato de colação de grau é realizado em sessão solene e pública, em local, hora e dia previamente fixados pelo Reitor, que presidirá a sessão.

§ 1º Nos casos de preferência ou impossibilidade de comparecimento do diplomado à mencionada solenidade, o Reitor do CIESA pode designar dia e hora para a colação de grau, o que será feito na presença de, pelo menos, dois professores.

§ 2º Do ato de colação de grau e lavrado o termo, deverá ser assinado pelo Reitor do CIESA e pelo Secretário de Registros e Controles Acadêmicos.

## TÍTULO XI

### DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

**Art. 120** Os órgãos suplementares vinculados à Pró-Reitoria de Graduação são destinados à coordenação e à execução de atividades específicas de suas áreas de atuação, com prestação de serviços para todas as unidades do CIESA.

## CAPÍTULO I

### DA BIBLIOTECA

**Art. 121** A Biblioteca, diretamente subordinada à Pró-Reitoria de Graduação, compete:

I- Reunir, organizar, divulgar, manter atualizado e em condições de uso todo o acervo bibliográfico e audiovisual, bem como outras documentações necessárias para o desenvolvimento das atividades, programas, cursos, e demais modalidades de serviço do CIESA;

II- Prestar serviços bibliográficos, atender à comunidade interna e à sociedade, prestando informações e contribuindo para o cumprimento das finalidades e objetivos do CIESA;

III- Promover a divulgação, por todos os meios, de realizações científicas, literárias, artísticas e culturais;

IV- Estabelecer e manter intercâmbio científico-cultural com pessoas ou instituições, com vistas à implantação de redes de informação especializada;

V- Manter intercâmbio com bibliotecas congêneres, editoras e instituições de informação, nacionais e internacionais;

VI- Coordenar o funcionamento do sistema de Internet como serviço disponível à comunidade acadêmica; e

VII- Exercer as demais atividades inerentes aos serviços de bibliotecas, assim como aquelas que forem definidas pela Pró-Reitoria de Graduação.

**Art. 122** A Biblioteca, para efeito de sua administração, centralizará todo o acervo bibliográfico e audiovisual, mantendo sob sua supervisão e controle as demais bibliotecas seccionais em unidades do CIESA.

**Art. 123** A Biblioteca, para consecução de suas atividades, compreenderá as áreas de Processamento Técnico, Circulação, Seleção, Aquisição, Reserva e Serviços.

**Art. 124** Para efeito de normatizar o seu funcionamento, a Biblioteca poderá contar com regulamento próprio a ser submetido ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

## **CAPÍTULO II**

### **DA SECRETARIA DE REGISTROS E CONTROLES ACADÊMICOS**

**Art. 125** A Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos é um órgão de apoio às atividades administrativas e diático-pedagógicas dos cursos mantidos pela Instituição, subordinada diretamente à Pró-Reitoria de Graduação.

**Art. 126** À Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos compete:

I- Promover o atendimento e o sistema de comunicação interno referente aos corpos docentes e discentes;

II- Receber, conferir, arquivar e manter, sob sua guarda, a documentação do corpo discente;

III- Realizar o controle e o registro da vida acadêmica dos integrantes do corpo discente;

IV- Promover e dirigir o sistema de apoio escolar;

V- Fornecer, quando solicitado, os documentos pertinentes à vida acadêmica dos discentes e graduados;

VI- Executar o sistema de matrícula e rematrícula do corpo discente;

VII- Organizar e manter, sob sua guarda, para fins de consulta, a bibliografia indispensável referente à Legislação de ensino Superior e as Resoluções,

Atos Especiais e Portarias, emanadas dos Órgãos Deliberativos e Executivos do CIESA;

VIII- Manter estreito relacionamento, permanente contato e colaboração com órgãos executivos, técnico-administrativos e demais órgãos de apoio do CIESA, visando alcance dos objetivos gerais da Instituição; e

IX- Realizar os trabalhos de inscrição aos processos seletivos para os cursos do CIESA e secretariar os trabalhos de execução.

**Parágrafo único.** Funcionado como órgão central de Registro e Controle Acadêmico, a Secretaria de registros e Controles Acadêmicos deve promover, mensalmente, em cada um dos seus setores e, anualmente em conjunto, após o término do ano letivo, a avaliação dos resultados obtidos no período, visando corrigir possíveis distorções no cumprimento de suas atribuições e aprimoramento do plano de trabalho para o ano letivo subsequente, bem como, a formulação dos relatórios mensais e anuais.

**Art. 127** A Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos é dirigida por um Secretário e conta com Chefias dos Setores que constituem a sua estrutura administrativa, designada pelo Reitor.

**Art. 128** Constituem a estrutura da Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos:

- I- Setor de Atendimento e Protocolo (SEAP);
- II- Setor de Registro e Controle Acadêmico (SERCA);
- III- Setor de Documentação e Arquivo (SEDA); e
- IV- Setor de Apoio Escolar (SAE).

**Art. 129** Para efeito de normatizar o seu funcionamento, a Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos deverá contar com regulamento próprio, a ser submetido à Reitoria e ao Conselho Universitário.

## TÍTULO XII

### DAS RELAÇÕES COM A ENTIDADE MANTENEDORA

**Art. 130** A Mantenedora é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, pelo Centro, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da lei e deste Regimento, a liberdade

acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

**Art. 131** Compete precipuamente à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades do Centro colocando-lhes à disposição os bens imóveis e móveis necessários, se seu patrimônio e de terceiros a ela cedidos, assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

**§ 1º** À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária e financeira do Centro podendo delegá-la no todo ou em parte ao Reitor, Reitor e, em função disto, expedir Regulamento Financeiro no qual serão definidos os direitos e deveres dos alunos no que reporte às anuidades, semestralidades e taxas escolares.

**§ 2º** Dependem de aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados que importem em aumento de despesas.

**§ 3º** Não se realiza despesa alguma não revista em orçamento ou em crédito adicional ou especial, ou que exceda os limites da respectiva previsão, sem prévia autorização da Entidade Mantenedora, sob pena de responsabilidade de seu ordenador.

## TÍTULO XIII

### DOS TÍTULOS HONORÍFICOS

**Art. 132** O CIESA pode conferir títulos honoríficos de:

- I- Professor Emérito.
- II- Professor Honoris Causa.
- III- Dr Honoris Causa.

**Parágrafo único.** Os títulos honoríficos, uma vez aprovados pelo Conselho Universitário, são conferidos em sessão solene e pública daquele Colegiado, mediante entrega do respectivo diploma, assinado pelo Presidente da Entidade Mantenedora, pelo Reitor do CIESA e pelo agraciado.

**Art. 133** Os títulos e os certificados são registrados em livros próprios, responsabilizando-se pelo registro a Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos.



## TÍTULO XIV

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 134** Este Regimento pode ser reformado ou emendado por força de lei ou conveniência do CIESA.

**§ 1.º** As emendas decorrentes de lei, cuja aplicação não depende de regulamentação ou não contenham formas opcionais que tornem necessária a manifestação dos estabelecimentos de ensino, entrarão em vigor na data da vigência da Lei.

**§ 2.º** Dependem de aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados que importem em aumento de despesas.

**Art. 135** Nenhum pronunciamento público que envolva o CIESA pode ser feito sem autorização expressa do Reitor.

**Art. 136** Em caso de empate, em qualquer eleição, prevista neste Regimento, será considerado eleito, se docente, o de maior tempo de docência, e, se aluno, o de mais idade.

**Art. 137** Todos quantos detenham uma parcela de autoridade ficam responsáveis pela manutenção da disciplina nas diversas áreas do CIESA, incumbindo-lhes cooperar com as autoridades escolares e administrativas para um clima de ordem e harmonia.

**Art. 138** Casos omissos serão objeto de deliberação pelo CONSUN.

**Art. 139** O presente Regimento Geral, após aprovação do Conselho Universitário entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 21 de dezembro de 2017